



COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, XXX
[...] (2025) XXX draft

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) .../... DA COMISSÃO

de XXX

que altera o Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão no respeitante ao mecanismo de reexame interno para dar seguimento às conclusões do Comité de Avaliação do Cumprimento da Convenção de Aarhus no processo ACCC/C/2015/128 e a outras atualizações procedimentais
PROJETO

(Texto relevante para efeitos do EEE)

This draft has not been adopted or endorsed by the European Commission. Any views expressed are the preliminary views of the Commission services and may not in any circumstances be regarded as stating an official position of the Commission.

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) .../... DA COMISSÃO

de **XXX**

que altera o Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão no respeitante ao mecanismo de reexame interno para dar seguimento às conclusões do Comité de Avaliação do Cumprimento da Convenção de Aarhus no processo ACCC/C/2015/128 e a outras atualizações procedimentais
PROJETO

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 108.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, de 13 de julho de 2015, que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia¹, nomeadamente o artigo 33.º,

Após consulta do Comité Consultivo em matéria de auxílios estatais,

Considerando o seguinte:

- (1) A União é parte na Convenção da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente («Convenção de Aarhus»). O Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho dá execução à Convenção de Aarhus na União². O artigo 2.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (CE) n.º 1367/2006 exclui do seu âmbito de aplicação os atos administrativos, na aceção do artigo 2.º, n.º 1, alínea g), adotados pela Comissão no domínio da concorrência. As decisões da Comissão em matéria de auxílios estatais abrangidas pelo procedimento previsto no artigo 108.º, n.º 2 do Tratado não podem ser objeto de um pedido de reexame por parte de membros do público, conforme estabelecido no artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 1367/2006.
- (2) A União deve dar resposta às conclusões do Comité de Avaliação do Cumprimento da Convenção de Aarhus («ACCC») no processo de cumprimento ACCC/C/2015/128. No processo ACCC/C/2015/128, o ACCC concluiu que a União violava a Convenção de Aarhus por não conceder aos membros do público acesso a processos administrativos ou judiciais com vista à impugnação de decisões sobre medidas de

—

¹ JO L 248 de 24.9.2015, p. 1, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2015/1588/OJ>.

² Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativo à aplicação das disposições da Convenção de Aarhus sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente às instituições e órgãos comunitários (JO L 264 de 25.9.2006, p. 13, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2006/1367/OJ>).

auxílio estatal adotadas pela Comissão nos termos do artigo 108, n.º 2 do Tratado que possam violar o direito da União em matéria de ambiente.

- (3) A União procede a diligências no sentido de dar resposta às conclusões do ACCC mediante a criação de um mecanismo de reexame interno. Este mecanismo aplica-se às decisões em matéria de auxílios estatais de encerramento do procedimento formal de investigação, nos termos do artigo 108.º, n.º 2 do Tratado, adotadas pela Comissão em conformidade com o artigo 9.º, n.º 3 e 4 do Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, tendo como base jurídica o artigo 107.º, n.º 3, alíneas a), b), primeira parte (os auxílios destinados a fomentar a realização de um projeto importante de interesse europeu comum), c), d) e e), do Tratado. Neste contexto, o Estado-Membro notificante deve confirmar que nem a atividade objeto de auxílio estatal nem quaisquer regras de atribuição da medida de auxílio estatal notificada indissolivelmente ligadas ao objeto do auxílio violam o direito da União em matéria de ambiente³. Essa confirmação deve ser dada no formulário que consta do anexo I, parte I, secção 6.8 do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão.
- (4) A fim de permitir que os Estados-Membros se adaptem aos novos requisitos decorrentes deste novo mecanismo de reexame interno, a obrigação de os Estados-Membros confirmarem a inexistência de uma violação do direito da União em matéria de ambiente na sua notificação deverá aplicar-se dois meses após a publicação do presente regulamento no *Jornal Oficial da União Europeia*.
- (5) As modalidades do procedimento de reexame interno são descritas em pormenor na Comunicação da Comissão [xx] relativa ao Código de Boas Práticas para a condução dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais⁴.
- (6) Nos termos do artigo 4.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão, um aumento até 20 % do orçamento inicial de um regime de auxílios existente não é considerado uma alteração de auxílio existente. Por razões de segurança jurídica, é conveniente clarificar que a disposição acima referida apenas se aplica aos regimes de auxílios autorizados, uma vez que outros tipos de auxílios existentes, nomeadamente as ajudas de pré-adesão, podem não ter um orçamento inicial autorizado.
- (7) A Comissão deve simplificar os seus formulários de notificação na sequência da adoção de comunicações atualizadas em matéria de auxílios estatais relativas aos auxílios com finalidade regional⁵, à investigação, ao desenvolvimento e inovação⁶, à banda larga⁷, à proteção do clima e do ambiente e à energia⁸, ao financiamento de

—

³ *Ex multis*, Acórdão do Tribunal de Justiça de 22 de março de 1977, Iannelli & Volpi, C-74/76, ECLI:EU:C:1977:51, n.º 14: «As regras de atribuição de um auxílio que contrariem disposições particulares do Tratado (...) podem estar tão indissolivelmente ligadas ao objeto do auxílio que não seja possível apreciá-las isoladamente, de forma que o seu efeito sobre a compatibilidade ou incompatibilidade do auxílio no seu conjunto deve necessariamente ser apreciada por recurso ao procedimento do artigo 93.º».

⁴ JO C [xx] de [xx].

⁵ Comunicação da Comissão — Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional (JO C 153 de 29.4.2021, p. 1).

⁶ Comunicação da Comissão — Enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação (JO C 414 de 28.10.2022, p. 1).

⁷ Comunicação da Comissão — Orientações relativas aos auxílios estatais a favor das redes de banda larga (JO C 36 de 31.1.2023, p. 1).

⁸ Comunicação da Comissão — Orientações relativas a auxílios estatais à proteção do clima e do ambiente e à energia 2022 (JO C 80 de 18.2.2022, p. 1).

risco⁹, ao auxílio nos setores agrícola¹⁰ e das pescas¹¹, bem como ao alargamento das regras em matéria de auxílios estatais no setor da aviação¹². Tendo em conta essas alterações, o formulário de notificação e as fichas de informações sobre auxílios estatais que constam do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão devem ser alterados de modo a refletir as alterações e assegurar que a Comissão recebe todas as informações necessárias para proceder à sua apreciação no âmbito das regras em matéria de auxílios estatais atualizadas.

- (8) A prática da Comissão tem evoluído no que se refere à utilização de sistemas eletrónicos de notificação e de modelos de relatórios anuais. Por conseguinte, o artigo 3.º, n.º 3 e o artigo 5.º, n. 1 do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão devem ser alterados, a fim de assegurar que a Comissão recebe todas as informações de que necessita para efetuar a sua apreciação ao abrigo das regras em matéria de auxílios estatais.
- (9) A prática da Comissão no que respeita à apresentação de relatórios nos setores agrícola e das pescas deve ser simplificada, em conformidade com as regras gerais em matéria de apresentação de relatórios. Por conseguinte, os Estados-Membros devem apresentar os seus relatórios, também nos setores agrícola e das pescas, de acordo com o Anexo III-A do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão.
- (10) A jurisprudência dos tribunais da União clarificou ainda o conceito de «parte interessada», na aceção do artigo 1.º, alínea h), do Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, de 13 de julho de 2015¹³. Por conseguinte, o formulário de denúncia que consta do anexo IV do Regulamento (UE) n.º 794/2004 deve ser alterado.
- (11) O Regulamento (UE) n.º 794/2004 deve, por conseguinte, ser alterado em conformidade,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento (CE) n.º 794/2004 é alterado do seguinte modo:

1. No artigo 1.º, «Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «Regulamento (UE) 2015/1589».
2. No artigo 2.º, «Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «Regulamento (UE) 2015/1589».

—

⁹ Comunicação da Comissão — Orientações relativas aos auxílios estatais que visam promover os investimentos de financiamento de risco (JO C 508 de 16.12.2021, p. 1).

¹⁰ Comunicação da Comissão — Orientações relativas aos auxílios estatais nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais (JO C 485 de 21.12.2022, p. 1).

¹¹ Comunicação da Comissão — Orientações relativas aos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura (JO C 107 de 23.3.2023, p. 1).

¹² Comunicação da Comissão que prorroga o período de transição previsto nas Orientações relativas aos auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas respeitantes aos aeroportos regionais (JO C 244 de 11.7.2023, p. 1).

¹³ Acórdãos do Tribunal de Justiça de 2 de setembro de 2021, Ja zum Nürburgring/Comissão, C-647/19 P, ECLI:EU:C:2021:666, n.ºs 56 e 57; de 31 de janeiro de 2023, Comissão Europeia/Anthony Braesch e o., C-284/21 P, ECLI:EU:C:2023:58, n.ºs 59 e 60; de 5 de setembro de 2024, Peña Barça Lyon (PBL) e Issam Abdelmouine/Comissão Europeia, C-224/23 P, ECLI:EU:C:2024:682, n.ºs 59 a 72

3. O artigo 3.º, n.º 3 passa a ter a seguinte redação:
«3. As notificações devem ser enviadas por via eletrónica, através da aplicação eletrónica designada pela Comissão.
Toda a correspondência relacionada com uma notificação deve ser enviada por via eletrónica através do sistema eletrónico seguro designado pela Comissão.»
4. O artigo 4.º, n.º 1 é alterado do seguinte modo:
 - (a) Na primeira frase, «Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «Regulamento (UE) 2015/1589»;
 - (b) Na segunda frase, «regime de auxílios existente» é substituído por «regime de auxílios autorizados».
5. No artigo 5.º, o n.º 1 passa a ter a seguinte redação:
«1. Sem prejuízo de quaisquer deveres suplementares específicos de apresentação de relatórios previstos em decisões condicionais adotadas nos termos do artigo 9.º, n.º 4, do Regulamento (UE) 2015/1589, ou do respeito de quaisquer compromissos assumidos pelo Estado-Membro em causa relacionados com decisões de autorização de auxílios, os Estados-Membros devem elaborar relatórios anuais sobre os regimes de auxílios existentes e os auxílios individuais em relação a cada ano civil ou parte do ano civil no qual o regime for aplicável, utilizando o modelo normalizado para apresentação de relatórios constante do Anexo III-A.»
6. No artigo 7.º, «artigo 88.º, n.º 3, do Tratado» é substituído por «artigo 108.º, n.º 3, do Tratado» e «Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho» é substituído por «Regulamento (UE) 2015/1589».
7. O artigo 8.º é alterado do seguinte modo:
 - (a) No n.º 1, «Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «Regulamento (UE) 2015/1589»;
 - (b) No n.º 5, «Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «Regulamento (UE) 2015/1589»;
 - (c) No n.º 5-A, «artigo 6.º-A, n.º 6, do Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «artigo 5.º, n.º 6, do Regulamento (UE) 2015/1589»;
 - (d) No n.º 5-B, «artigo 6.º-A, n.º 7, do Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «artigo 7.º, n.º 7, do Regulamento (UE) 2015/1589».
8. No artigo 9.º, n.º 1, «artigo 88.º, n.º 3, do Tratado» é substituído por «artigo 108.º, n.º 3, do Tratado»;
9. No artigo 11.º-A, n.º 1, «artigos 10.º, n.º 1 e 20.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «artigos 12.º, n.º 1 e 24.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2015/1589».
10. No artigo 11.º-B, «Regulamento (CE) n.º 659/1999» é substituído por «Regulamento (UE) 2015/1589».
11. O anexo I, parte I é substituído pelo texto constante do anexo I, parte I do presente regulamento.
12. O anexo I, partes III.1, III.2, III.5, III.6, III.7, III.8, III.12, III.13-B e III.14, é substituído pelo texto constante do anexo I, partes III.1, III.2, III.5, III.6, III.7, III.8, III.12, III.13-B e III.14 do presente regulamento.

13. No anexo III-A, o título «Modelo normalizado para a apresentação de relatórios sobre os auxílios estatais existentes (Este modelo cobre todos os setores exceto a agricultura)» é substituído por «Modelo normalizado para a apresentação de relatórios sobre os auxílios estatais existentes (Este modelo cobre todos os setores)».
14. São suprimidos os anexos III-B e III-C.
15. O anexo IV é substituído pelo texto constante do anexo II do presente regulamento.
16. O anexo III do presente regulamento é aditado como anexo V.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

A alteração do anexo I, parte I, secção 6.8, do Regulamento (CE) n.º 794/2004, conforme estabelecida no artigo 1.º, ponto 11, do presente regulamento, é aplicável a partir de [*Serviço das Publicações: inserir data* correspondente a dois meses] a contar da publicação do presente regulamento no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em

*Pela Comissão
A Presidente
[...]*